



**Vulnerabilidades e resistências dos públicos em conflitos socioambientais:  
um caso de implantação de empreendimento hidrelétrico**

**Vulnerabilities and resistance of publics in socio-environmental conflicts:  
a case of hydroelectric project implementation**

Ana Clara Nunes Cardoso<sup>1</sup>  
Fernanda Nascimento Ribeiro<sup>2</sup>  
Giovanna Ramalho Ribeiro<sup>3</sup>  
Daniel Reis Silva<sup>4</sup>  
Márcio Simeone Henriques<sup>5</sup>

**Resumo:** Analisa em profundidade caso estudado em pesquisa com o objetivo geral de compreender as dinâmicas comunicacionais em processos de conflito socioambiental. Focaliza o licenciamento e a implantação da Usina Hidrelétrica Aimorés, em Minas Gerais, a partir de sua repercussão pública. Observou-se como a comunicação na mobilização dos públicos pode se contrapor às vulnerabilidades dos atingidos ao criar potencialidades de resistência e enfrentamento.

**Palavras-chave:** Públicos; Vulnerabilidades; Mobilização Social; Conflitos Socioambientais.

**Abstract:** The article provides an in-depth analysis of a case study under the main objective of understanding communication dynamics in socio-environmental conflict processes. It focuses on the implementation of the Aimorés Hydroelectric Plant, in Brazil, based on its public repercussion. The study observed how communication in mobilization processes can counteract the vulnerabilities of affected communities by creating possibilities for resistance.

**Keywords:** Publics; Vulnerabilities; Social Mobilization; Socio-environmental Conflict.

---

<sup>1</sup> Recém-graduada em Relações Públicas e estudante do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista de Iniciação Científica (FAPEMIG). E-mail: [ananc0209@gmail.com](mailto:ananc0209@gmail.com)

<sup>2</sup> Estudante do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista de Iniciação Científica (FAPEMIG). E-mail: [fernandanribeiro@gmail.com](mailto:fernandanribeiro@gmail.com)

<sup>3</sup> Graduada em Relações Públicas pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista de Iniciação Científica Voluntária – ICV/UFMG. E-mail: [giovannaramalho2001@gmail.com](mailto:giovannaramalho2001@gmail.com)

<sup>4</sup> Orientador do trabalho. Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: [daniel.rs@hotmail.com.br](mailto:daniel.rs@hotmail.com.br)

<sup>5</sup> Orientador do trabalho. Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: [simeone@ufmg.br](mailto:simeone@ufmg.br)



## Introdução

Temáticas ambientais têm sido intensamente debatidas na sociedade, sobretudo devido às preocupações relacionadas aos desequilíbrios decorrentes da exploração humana. Estes impactos podem trazer consequências negativas ao meio ambiente e aos indivíduos nele inseridos, uma vez que recursos naturais fundamentais para a manutenção da vida são comprometidos e vão se tornando escassos. Por conseguinte, há disputas por territórios onde tais recursos podem ser acessados e utilizados em prol de uma finalidade específica. Dentre elas, a título de exemplo, a construção e instalação de um empreendimento hidrelétrico.

Este trabalho é baseado em pesquisa realizada entre 2021 e 2024 que teve por objetivo compreender as dinâmicas comunicacionais nos processos de conflito socioambiental, com base nos processos de monitoramento e vigilância da sociedade civil sobre estas situações e na repercussão pública destes casos<sup>6</sup>. Trata-se de estudo de aprofundamento teórico e investigação empírica, de cunho qualitativo e interpretativo, por meio de estudos retrospectivos de casos com ocorrências entre 2011 e 2020. A pesquisa teve duas fases: exploratória e analítica. Na primeira, realizou-se um levantamento de 30 situações<sup>7</sup> de conflito ambiental no “Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil”<sup>8</sup>, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A partir disso, explorações individuais sobre cada situação foram realizadas na internet, a fim de descobrir aspectos relativos ao processo de mobilização e formação dos públicos e à sua aparição no espaço público. Já na segunda, um novo recorte foi feito para definir dez casos dentre os inicialmente explorados e analisá-los de forma específica. Com base na metodologia de estudo de casos (Gil, 2009), buscou-se aprofundar em particularidades de cada situação, identificando os públicos e atores sociais presentes e os acontecimentos relevantes para cada um, com o intuito de compreender a dinâmica dos públicos e as formas de vigilância e denúncia por atores da sociedade civil. Importante advertir que a pesquisa não se dá de forma a investigar os conflitos em si e desvendar os seus meandros, mas de compreendê-los na forma em que são

---

<sup>6</sup> Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

<sup>7</sup> Posteriormente este escopo foi ampliado para 40 casos.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em: 29 jun 2023.



publicamente registrados e apresentados, a partir do que pode ser captado e coletado, ou seja, na dinâmica pública que exibem e tecem nos seus desdobramentos.

O artigo empreende uma análise de caso, visando ampliar a compreensão sobre as dinâmicas comunicacionais em processos de conflitos socioambientais. Para tanto, aborda o conflito a partir do licenciamento para a implementação da Usina Hidrelétrica (UHE) Aimorés, em Minas Gerais. A busca por registros públicos do caso se deu por coleta exhaustiva em dois motores de busca na internet<sup>9</sup>, de forma anônima e com várias chaves diferentes, feita por todos os integrantes da pesquisa. O material coletado serviu para a construção de uma cronologia do caso, para a identificação dos atores envolvidos e para perceber o nível de repercussão pública do conflito, tendo por base a circulação de conteúdos sobre ele. Foram considerados na análise estes aspectos da dimensão pública que o conflito tomou, filtrando os diversos registros e recortando e classificando, para esta finalidade, os que figuram em *sites* jornalísticos (mídia) e os que aparecem em *sites* diversos (de órgãos públicos, de entidades e movimentos da sociedade civil etc.), não apenas no âmbito local, mas em qualquer nível de abrangência.

Embora quaisquer grupos populacionais possam ser vulneráveis quanto aos danos à natureza e possam ser social e economicamente fragilizados, as vulnerabilidades observadas neste conflito também podem ser de ordem comunicacional. Entender tais vulnerabilidades dos públicos nessas situações é de extrema importância, pois conflitos desta natureza se desenrolam, muitas vezes, de forma semelhante. Elas se manifestam nas relações territoriais estabelecidas, reconfigurando todo um conjunto de experiências coletivas nas localidades onde ocorrem os conflitos. Pretende-se evidenciar, a partir deste caso, como a comunicação nos processos de mobilização social dos públicos pode fazer frente às vulnerabilidades, ou seja, criar potencialidades nas situações de resistência e de enfrentamento. Por isso, este trabalho apresenta brevemente alguns dos fundamentos teóricos da pesquisa acerca da formação de públicos nos processos de conflito e a mobilização social que estas situações suscitam, apresentando, na sequência, um breve panorama do caso. A análise empírica, então, o enquadra nos processos característicos de licenciamento ambiental de novos empreendimentos, que, pelo seu cunho participativo, favorecem as condições de publicidade dos públicos afetados. A partir

---

<sup>9</sup> Google e Duck Duck Go.



dos dados sobre a repercussão pública do conflito, são, enfim, apresentados os principais elementos de análise que permitem trazer evidências da passagem das vulnerabilidades às potencialidades no enfrentamento que os públicos realizam, no trato com as organizações envolvidas e com as instituições.

## **1. Formação de públicos nos conflitos socioambientais**

Conflitos socioambientais são compreendidos como disputas entre pessoas com interesses antagônicos, que lutam em prol de seus próprios objetivos, por meio de confrontos discursivos ou até mesmo violentos (Souza, Milanez, 2016). A esfera socioambiental caracterizada no presente artigo abrange não apenas uma questão distributiva dos meios de produção e reprodução da vida, mas também a construção de um espaço público, configurando relações comunicacionais. A denominação de conflito é decorrente da perspectiva de que uma controvérsia entre os públicos (ou entre públicos e organizações/instituições) pode existir com agravantes quando se tem uma condição de incompatibilidade entre as opções apresentadas, conferindo à disputa um caráter agonístico (Henriques, 2025, no prelo).

Do ponto de vista coletivo, em tais situações emergem grupos que publicamente se posicionam em relação às controvérsias e enfrentam as organizações e as instituições, ou seja, públicos que se formam e se mobilizam a partir de sua percepção de afetação pelo problema. Para que esse processo ocorra, é preciso que o problema tenha concretude - possa ser enunciado, comunicado aos outros indivíduos - e, então, saia do âmbito individual e vá para o âmbito coletivo, de modo que os problemas possam ser percebidos em comum e ações em prol da defesa de interesses compartilhados possam ser traçadas. Não é suficiente que um problema afete apenas um conjunto restrito de pessoas com interesses similares; é imprescindível que a causa seja considerada de interesse público, ou seja, que o conjunto da sociedade possa percebê-la como algo problemático e passível de discussão pública e de formulação de políticas, caracterizando, assim, um processo de coletivização (Toro, Werneck, 2004; Cefai, 2009; Cefai, 2017).

Em um conflito socioambiental, é preciso que a população afetada não só manifeste publicamente sua insatisfação perante algum problema ou controvérsia, mas também transmita



isso abertamente a outros indivíduos, a fim de que eles, de alguma forma, possam se sensibilizar e se mobilizar. Muitos públicos podem existir em um conflito e é comum que a vinculação de cada um deles seja distinta, tornando-os menos ou mais organizados, menos ou mais visíveis, menos ou mais articulados, e menos ou mais influentes (Henriques, 2017). Para que haja interesse público, as questões precisam ser expostas em condições de publicidade e obter amplitude e relevância perante os públicos. Em tais situações, determinados sujeitos acabam surgindo na cena pública com maior poder de agência do que outros e, por tal motivo, podem ser considerados atores sociais, capazes de falar em nome dos públicos e contribuir para o aumento de visibilidade na causa (Touraine, 1997; Gohn, 2013). O aparecimento dos públicos em cena, neste sentido, é fator fundamental para postular e dar forma à situação como sendo um conflito.

Nessas ocorrências, os públicos diretamente envolvidos são marcados, de partida, por diversas vulnerabilidades. A primeira e mais importante refere-se à sua própria condição de afetação, por danos ou prejuízos, diretos ou indiretos, pois sofrem com a atuação das organizações e no confronto de interesses num território. Mas também são suscetíveis em relação às suas capacidades de se expressar e posicionar publicamente, de dar visibilidade ampla à situação e constituir um vínculo coletivo, o que resulta em vulnerabilidades comunicacionais danosas à articulação, expressão e agência em condições de publicidade, o que nos interessa mais de perto.

## **2. Panorama do conflito na implantação da usina**

O caso examinado abrange populações de quatro municípios do Vale do Rio Doce: Resplendor, Aimorés, Itueta (em Minas Gerais) e Baixo Guandu (no Espírito Santo). Todos esses municípios e suas populações têm de lidar, até hoje, com impactos negativos diretos e indiretos relativos ao empreendimento da Usina Hidrelétrica Eliezer Batista (UHE Aimorés). Construída por um consórcio entre a empresa Vale S.A. e a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), foi anunciada em 1996, com o início do pedido de licenciamento ambiental e entrou em operação comercial em 2005. As cidades envolvidas contam com populações e representações diversas, como a comunidade indígena Krenak, moradores de Itueta (com um



grande número de trabalhadores rurais) e grupos de pescadores e ribeirinhos. Apesar da grande diversidade populacional, uma característica semelhante à maioria dos sujeitos atingidos é uma vulnerabilidade social anterior à construção do empreendimento - associada às condições de existência e poder de agência de populações tradicionais e rurais.

Pelo que se apresenta publicamente no caso, há indícios da falta de assistência efetiva dos órgãos do Estado e do Judiciário para assegurar os direitos dessas populações durante a discussão e construção da usina e de sua barragem. Assim, após a implantação, essas populações seguiram lutando por possibilidades adequadas de reparação e indenização, além de conviverem com as consequências negativas do empreendimento e com a atuação das empresas responsáveis. Por este motivo, a situação, iniciada anos antes do recorte da pesquisa, foi captada no levantamento realizado, já que questões muito significativas apareceram em anos mais recentes e acabaram registradas tanto no Mapa de Conflitos da Fiocruz<sup>10</sup> quanto no Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais<sup>11</sup>. Trata-se, portanto, de um conflito de longo curso<sup>12</sup>.

Uma das principais populações atingidas pela construção da UHE foi a de Itueta, na região Leste de Minas Gerais. Após alteração no projeto de construção inicial da empresa, determinou-se um aumento proporcional do território da usina e, conseqüentemente, a inundação de toda a cidade. Assim, a população foi deslocada para Nova Itueta, com infraestrutura construída pelo consórcio, em 2004; no ano seguinte, a antiga cidade foi inundada. Isso alterou negativamente a sociabilidade e as condições de vida dos sujeitos, com o processo de reterritorialização<sup>13</sup>. Observa-se a precariedade infraestrutural da cidade, com problemas de saneamento, diminuição do tamanho dos lotes dos moradores (em relação aos que eles possuíam anteriormente), e a fragilidade das construções quanto a enchentes e tempestades. Uma reportagem do jornal mineiro O Tempo, de 2008, relata que os moradores e o prefeito

<sup>10</sup> Disponível em <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mg-aimores>. Acesso em: 23 jul 2023.

<sup>11</sup> Disponível em <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br>. Acesso em 23 jul 2023.

<sup>12</sup> Ver na figura 1, mais adiante, a extensão do conflito e a sua repercussão tardia, no recorte temporal da pesquisa (2011 a 2020).

<sup>13</sup> Outra população também foi removida de seu território para construção da usina: parte dos moradores de Resplendor foram deslocados compulsoriamente para um novo bairro no município, Antônio de Matos. Além de problemas de infraestrutura semelhantes aos de Nova Itueta, as famílias de Resplendor também denunciaram atraso na entrega das escrituras das casas no reassentamento.



protestavam, denunciando o comprometimento da rede de esgoto municipal, causada pela incapacidade da represa construída pelo Consórcio de conter as chuvas à época<sup>14</sup>. Além disso, a cidade foi dividida em Norte e Sul, com precárias condições de circulação entre as partes e danos à vida econômica dos habitantes<sup>15</sup>.

A comunidade indígena Krenak possui participação peculiar, pois trava luta histórica pela demarcação e proteção de seu território. Na construção da UHE Aimorés, os autos da Ação Civil Pública<sup>16</sup> movida pelo Ministério Público Federal em 2019 apontam que os responsáveis pelo Consórcio não asseguraram aos Krenak o direito à informação e participação nas decisões relativas ao empreendimento. Não foi fornecido ao IBAMA nenhum estudo sobre os impactos da construção no território da comunidade, ainda que fosse uma das condicionantes do órgão para concessão de Licença de Operação, visto que a represa se encontra a apenas 11km da terra indígena. Ainda de acordo com a ACP, não houve comunicação sobre a construção da UHE aos indígenas, e a presença deles em audiências públicas que tratavam do empreendimento foi marcada por intimidações. Posteriormente, o MPF moveu uma ação exigindo reparação indenizatória ao Consórcio em nome dos Krenak, com sentença favorável à comunidade. Ainda assim, ela não é considerada suficiente para atender grande parte das demandas dessa população, prejudicada pelas alterações no Watu<sup>17</sup>.

### 3. Condições de publicidade e repercussão pública do conflito

Destaca-se a pouca visibilidade midiática do conflito durante o seu início, no fim do século XX e começo do século atual. Poucas são as reportagens na imprensa que tratam do assunto. É válido ressaltar o contexto em que se deu a construção da usina, o período das crises energéticas enfrentadas pela região Sudeste, como os apagões sucessivos em 2001<sup>18</sup>. Nota-se

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/com- apenas-3-anos-itueta-tem-inundacao-1.299006>. Acesso em: 23 jul 2025.

<sup>15</sup> Ministério Público Federal. Ação Civil Pública nº 7873-68.2015.4.01.3813. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg>. Acesso em: 28 jul 2013.

<sup>16</sup> Ministério Público Federal. Ação Civil Pública Cível n. 1016756-84.2019.4.01.3800. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/pe/peticao-mpf-arguicao-suspeicao-tenta.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2023.

<sup>17</sup> “Watu” ou “Watú” é o nome dado pelos indígenas Krenak ao Rio Doce.

<sup>18</sup> Refere-se à crise energética ocorrida durante o segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso e parte do alinhamento da opinião pública à políticas desenvolvimentistas.



ainda a caracterização trivial das usinas hidrelétricas como fontes de “energia limpa”, além de serem a maior contribuinte da matriz energética no país. A UHE Aimorés, portanto, se inseriu neste cenário como a usina de maior porte em Minas Gerais à época de sua construção.

### **3.1. Do processo de licenciamento ambiental às repercussões tardias**

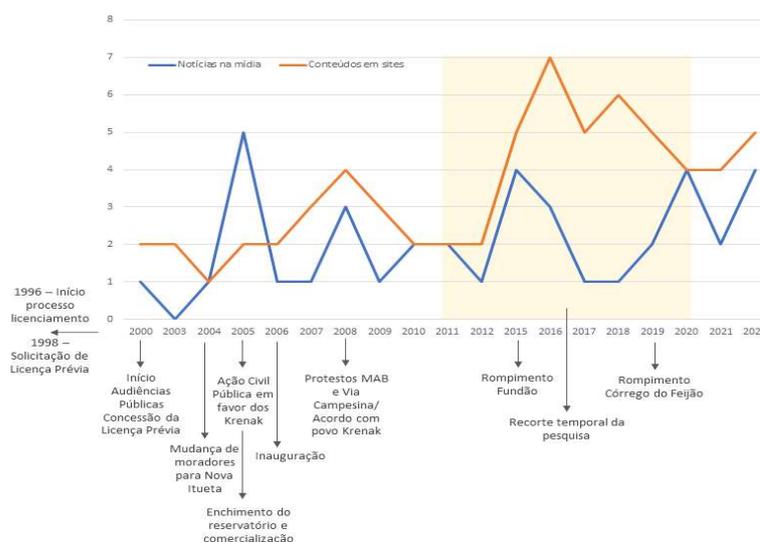
Um processo de licenciamento ambiental é momento propício para a formação de públicos e para seu aparecimento na cena pública. Segundo a legislação brasileira, o processo se dá por meio de uma avaliação detalhada do empreendimento (Estudo de Impacto Ambiental - EIA), mas também prevê a elaboração de um relatório simplificado (Relatório de Impacto Ambiental - RIMA), que coloca em termos mais simples e didáticos os impactos de maneira que quaisquer públicos possam compreender (Brasil, 1986). Conforme regulamentação do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA (Brasil, 1987), o licenciamento ambiental envolve, de modo geral, licença prévia (LP), licença de instalação (LI) e licença de operação (LO), mas só podem ser concedidas a partir de um processo transparente e com participação da sociedade civil que garanta o controle social. Assim, dado o caráter participativo e que prevê, através de audiências públicas, a escuta da população diretamente envolvida e da sociedade civil em geral, oferece oportunidades para o aparecimento de aspectos controversos expostos a debate e para a explicitação de um conflito que expresse interesses incompatíveis. É bastante favorável, portanto, para que se dê a ver algum tipo de enfrentamento.

O caráter público do licenciamento também favorece a midiaticização, à medida que desperta o interesse da imprensa, a quem qualquer dos atores pode recorrer para dar visibilidade ao conflito e aos seus posicionamentos. Casos deste tipo possuem certos padrões observáveis que envolvem judicialização e midiaticização, dois aspectos importantes considerados na coleta de dados da pesquisa, em geral. Neste caso examinado, o início do processo de licenciamento remonta a 1996. Embora tenhamos inicialmente captado que este conflito teve repercussão importante no momento abrangido pelo recorte temporal da pesquisa (2011 a 2020), foi necessário ter em conta todo o material coletado referente a períodos anteriores e posteriores. No que tange à repercussão pública, embora não haja registros relevantes disponíveis no período inicial, vê-se que ela toma forma a partir do ano 2000, justamente com o início da realização de audiências públicas para a concessão de Licença Prévia. A figura 1 traz uma



apuração da repercussão pública do conflito, com base no material coletado, indicando alguns acontecimentos importantes de sua evolução temporal.

Figura 1. Evolução da repercussão pública do conflito e marcos importantes



Fonte: elaboração dos autores

O primeiro ponto mais expressivo aconteceria em 2005, ano em que coincidem duas ocorrências cruciais no caso: uma ação civil pública em prol do povo indígena Krenak e a consumação do empreendimento com o enchimento do reservatório e começo da comercialização de energia. O que chamou a atenção, neste caso, foi uma repercussão tardia, com desdobramentos no conflito que transcenderam e muito o processo de licenciamento e implantação. Um segundo ponto ocorreu no ano de 2008. Os fatos significativos de repercussão são então a realização de protestos e denúncias, com intervenções mais expressivas de movimentos sociais organizados, como a Via Campesina e o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). O primeiro realizou protesto com ocupação e bloqueio da Ferrovia Vitória a Minas, operada pela mineradora Vale, e o segundo vinha, desde 2007, endereçando denúncias aos governos Estadual e Federal junto às instâncias de Direitos Humanos e reforçou sua atuação neste sentido, apoiando também as ações diretas de protesto, como a paralisação da ferrovia. Na década seguinte, deu-se o reacendimento dessa repercussão pública por meio de novo



acontecimento que desencadeou a mobilização desses atores em novo contexto, o que será explanado à frente.

### **3.2. Entre vulnerabilidades e potencialidades: articulações tardias e fator incidente**

A análise dos registros públicos sobre o conflito indica alguns fatores responsáveis pela vulnerabilidade da população ituetense, em particular. A exemplo, a Ação Civil Pública do Ministério Público Federal de 2015<sup>19</sup> aponta para uma possível desagregação dos moradores (enquanto público) frente ao empreendimento. Essa desmobilização é, segundo apontado, decorrente da falta de isonomia nas indenizações e reparações propostas à população, que negociava individualmente com os responsáveis do consórcio. Ainda, outras notícias encontradas apontam para a presença de situações coercitivas e intimidatórias por parte de funcionários do Consórcio e do IBAMA aos atingidos. Aqui são vistos fatores que se traduzem em vulnerabilidades comunicacionais, no sentido de que desfavorecem condições de interações coletivas e comunitárias, provocando uma desmobilização dos públicos. Ademais, observa-se que o reassentamento em Nova Itueteta também é apontado como ampliador das condições de vulnerabilidade dos sujeitos. A construção da cidade se deu a partir de um limitado poder participativo da população, e a precariedade da infraestrutura impediu o acesso pleno dos sujeitos à saúde, ao saneamento básico e à livre circulação. Além disso, houve danos simbólicos, na medida em que a população, sem vínculo com o novo território, perdeu partes significativas da sua história e de sua identidade. Por fim, a separação da cidade em duas causou, em última instância, uma alteração da sociabilidade e prejuízos à vida econômica dos sujeitos.

Situação específica viveu a comunidade indígena Krenak. Ela também teve sua participação e acesso à informação nas decisões relativas à construção da UHE negados. Em 2001, especialistas avaliaram o Território Indígena Krenak sem que fosse informada à comunidade a intenção de construção da usina. Durante o processo de construção, a comunidade enfrentou a negativa sistêmica do Consórcio em tentativas de comunicação e conciliação, além da falta de informações quanto aos impactos do empreendimento. Essa negativa pode ser analisada como uma tentativa de invisibilização da comunidade indígena

---

<sup>19</sup> Ministério Público Federal. ACP nº 7873-68.2015.4.01.3813, citada anteriormente.



pelas empresas responsáveis, ao buscar minar capacidades de mobilização e existência desta como público contrário ao empreendimento. Ainda nesse sentido, pode-se inferir também que as autarquias do Estado (como IBAMA, MPF e FUNAI) não foram capazes de atender plenamente às demandas dos Krenak durante a construção da Usina, na medida em que a articulação destas visava, prioritariamente, compensações indenizatórias à comunidade - muitas delas, inclusive, em moldes que iam contra os interesses da população, como o repasse aos indígenas de gado de criação como recurso reparatório.

Tanto os moradores de Itueta e Resplendor (acuados e pressionados pelo Consórcio) quanto a comunidade Krenak (negligenciada pelo mesmo) foram postos em condições de prejuízos materiais e simbólicos e, no caso da comunidade indígena, como já tratamos, também como ameaça à sua cosmologia e visão de mundo. Nesse sentido, as vulnerabilidades socioambientais de ambos foram ampliadas e se associam às comunicacionais em um processo recursivo e mutuamente reforçador. As vulnerabilidades comunicacionais, como entendidas aqui, são resultado, principalmente, do contexto em que o empreendimento se instalou e das dificuldades em contestá-lo no âmbito da opinião pública (inclusive, dada a crise energética, à época). Por outro lado, uma potencialidade encontrada foi a inserção do MAB como importante ator no conflito, enquanto responsável, em certa medida, pela organização coletiva das associações de atingidos em Itueta, além de ser um importante porta-voz das denúncias da população ao Estado - articulando, inclusive, uma visita da Comissão de Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, em 2007, às comunidades. Observa-se como a organização, inserida no contexto de vigilância civil, foi a responsável por conferir visibilidade e credibilidade aos atingidos no conflito, além de auxiliá-los em suas estratégias de mobilização. Por exemplo, a articulação do MAB com os protestos realizados pelos públicos em trechos da ferrovia Vitória a Minas, controlada pela Vale<sup>20</sup>, que liga Minas Gerais ao Espírito Santo, bem como a divulgação das ações em seu site<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Liberado trecho da Estrada de Ferro Vitória a Minas ocupado por Krenaks. Disponível em: <https://glo.bo/12RiyIS>. Acesso em: 16 ago 2023.

<sup>21</sup> Disponível em: <https://www.mab.org.br/2014/03/19/atingidos-aimor-s-se-re-nem-com-vale-e-governo-federal/>. Acesso em: 2 ago 2023



Contudo, há um aspecto tardio que chama a atenção neste caso e opera como um fator incidente que traz o conflito novamente ao primeiro plano. Trata-se do impacto ambiental à região causado pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, em 2015. O acontecimento afetou direta e indiretamente a população, tendo em vista que a lama chegou até a região, contaminando o Rio Doce. Para além da insegurança hídrica de longo prazo nos municípios, causou enorme prejuízo à biodiversidade da região. Isso deixou em alerta a população que habita próximo à usina, uma vez que o consórcio que a construiu tem uma das empresas componentes em comum com as responsáveis pela administração da barragem rompida. Ao lado do aumento da vulnerabilidade dessas populações, houve, simultaneamente, oportunidade de aumento na visibilidade e midiaticização dos problemas já vivenciados na região.

Assim, os cidadãos começaram a exigir cada vez mais e cobrar a fiscalização da hidrelétrica e a verificação dos alertas de emergências. Isso exemplifica como um conflito pode se relacionar com outro, mesmo indiretamente, e pode servir também como gerador de uma maior atenção para a população da região, potencializando envolvimento maior dos públicos. Na medida em que ambas as problemáticas socioambientais se mesclam (por um agravamento de vulnerabilidades já existentes), os públicos tiveram oportunidade de mostrar todas as ameaças enfrentadas por eles na mídia, utilizando-a como canal de denúncia. Como exemplo, pode-se observar a republicação traduzida de uma matéria da Agência Pública no canal internacional de notícias AlJazeera<sup>22</sup>, de grande projeção mundial. Ali se vê a perspectiva dos Krenak sobre a contaminação do Rio Doce após o rompimento da barragem, com explicitação de suas reivindicações por reparações ao rio e à população, pela afirmação de seu território e por acesso a um ecossistema equilibrado.

Enfim, a análise evidencia que a reverberação pública foi restrita durante o processo de licenciamento e implantação, e que o conflito se estendeu após a operação da Usina, impulsionado pela crescente articulação entre os atores locais e o MAB. Há também o destaque da crescente expressão dos indígenas Krenak, inicialmente postos à parte do processo, e pela

---

<sup>22</sup> Life for Brazil's Krenak after Fundao dam collapse. Disponível em: <https://aje.io/yxxgb>. Acesso em: 30 ago 2023.



incidência do desastre de Mariana, que, além de colocar em evidência os riscos de barragens, causou danos diretos e imediatos à Bacia do Rio Doce.

### **Considerações finais**

O caso da UHE Aimorés envolve diferentes públicos e é fortemente delimitado pelos impactos posteriores à instalação da hidrelétrica, com consequências a longo prazo. Por isso, o conflito perdura até os dias atuais. Observam-se dificuldades de tratar publicamente dessas questões depois que o empreendimento é implantado e, com o funcionamento, a situação se consolida, uma vez que tende a ser "normalizada", apesar de deixar cicatrizes. No entanto, sempre pode haver oportunidade para que o conflito retorne à cena pública. É nítido um novo ciclo que se abre a partir dessas cicatrizes, pela incidência de um acontecimento, a tragédia do rompimento da barragem de Fundão. Isso se deu por dois motivos: por analogia, ou seja, uma esperada preocupação com a segurança de barragens, e pela incidência de novos danos ambientais e sociais diretos causados na região, com afetação de toda a bacia do Rio Doce pelos rejeitos. Foi possível observar, assim, como conflitos de naturezas semelhantes, mesmo em temporalidades diferentes, se relacionam uns com os outros, tendo em vista que os públicos têm a chance de formar ou reconfigurar uma rede de apoio mobilizada. Nota-se no estudo a formação de alianças entre vários atores locais: associações de moradores, comunidades de pescadores e ribeirinhos e os indígenas Krenak. Essas alianças são de suma importância para a resistência dos públicos, através do alinhamento de estratégias, mobilização dos públicos, compartilhamento de vivências e experiências. Mas evidencia-se que o aumento na visibilidade e na repercussão pública esteve em razão direta a uma participação mais organizada e intensa de atores de fora da localidade já preparados e voltados para essas questões, como grupos ambientalistas e, em particular, a assistência de grupos já consolidados, como o MAB. A mobilização assim configurada na relação entre os âmbitos do território (local) e de fora dele, com a consequente postulação de demandas às autoridades, trouxe consigo as autoridades, como o Ministério Público Federal e potencializaram uma repercussão midiática ao caso, mas também garantiram credibilidade às denúncias realizadas. É notável que o envolvimento dos indígenas no conflito impulsionou a repercussão, inclusive em nível internacional.



Os públicos atingidos têm de enfrentar dificuldades para assegurar seu direito à expressão no decorrer do conflito - especialmente em seu início - tanto pelo seu caráter temporal e regional, diferente de conflitos com populações urbanas, quanto pela vulnerabilidade econômica e social de partida das populações envolvidas. Por outro lado, as potencialidades se dão à medida que os grupos atingidos aprendem a utilizar os recursos disponíveis, ainda que de forma mínima ou precária, como tática de enfrentamento, articulando interesses e obtendo atenção e reconhecimento de outros públicos, fazendo alianças e expandindo as denúncias para além do seu âmbito comunitário local. Há que se notar, em suma, o modo como acontecimentos socioambientais podem incidir e afetar a composição uns dos outros, e também como os públicos, emergindo como atores em cada conflito, aproveitam as oportunidades e criam, por meio da comunicação, formas de resistência e superação das vulnerabilidades.

### Referências

- BRASIL. **Resolução CONAMA n° 001, de 23 de janeiro de 1986**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 1986.
- BRASIL. **Resolução CONAMA n.º 009, de 03 de dezembro de 1987**. Dispõe sobre a realização de Audiências Públicas no processo de licenciamento ambiental. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 1987.
- CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas** - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.
- CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas: O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). **Novos estudos CEBRAP**, v. 36, p. 187-213, 2017.
- GIL, Antônio Carlos. **Estudo de Caso: fundamentação científica, subsídios para coleta e análise de dados, como redigir relatório**. São Paulo: Atlas, 2009.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- HENRIQUES, Márcio S. As organizações e a vida incerta dos públicos. In: MARQUES, Ângela C. S. et al. (orgs.). **Comunicação organizacional: vertentes conceituais e metodológicas**. v. 2. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2017. p. 119-129.
- HENRIQUES, Márcio S. Dinâmica dos públicos como atores sociais em conflitos socioambientais. In: SILVA, Daniel R., SAMPAIO, Adriano de O., SARAIVA, Luiziane S. **Comunicação, emergências remotas e organizações**. São Paulo/São Luís: Abrapcorp/EDUFMA, 2025. [no prelo]



SOUZA, Leandro Ricarte Castro de; MILANEZ, Bruno. Conflitos socioambientais, ecologia política e justiça ambiental: contribuições para uma análise crítica. **Perspectiva Geográfica**, v. 11, n. 14, p. 2-12, 2016.

TORO, José B.; WERNECK, Nísia M. Duarte. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e diversidade**: o sujeito democrático. Bauru/SP: Edusc, 1997.